

Congresso ganha mais peso nos orçamentos das cidades

Congresso Estudo mostra o peso que o Legislativo ganhou sobre o orçamento das cidades

Emendas somam o dobro do repasse federal aos municípios

Raphael Di Couto e Marcelo Ribeiro De Brasília

As emendas parlamentares enviadas para os municípios nos últimos quatro anos somam quase o dobro do valor transferido pelo governo federal de forma voluntária para as prefeituras no mesmo período, segundo estudo da assessoria técnica do deputado Pedro Paulo (PSD-RJ) obtido com exclusividade pelo Valor.

Os valores já representam montante expressivo em relação ao que os municípios menores recebem do Sistema Único de Saúde (SUS), do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) e do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) anualmente.

O documento mostra o peso que o Legislativo ganhou sobre o Orçamento das cidades, em especial as pequenas, e a perda de influência do Poder Executivo federal sobre os prefeitos. Entre 2016-2020, o governo federal destinou R\$ 66,4 bilhões para os municípios por meio de transferências voluntárias e as emendas parlamentares somaram R\$ 43,6 bilhões. De 2021 a 2024, essa lógica se inverteu: os prefeitos receberam R\$ 96,5 bilhões por indicação de deputados e senadores e R\$ 49,9 bilhões de verbas discricionárias do governo federal.

Esse número ainda difará, que, em 2023, metade dos

R\$ 21,3 bilhões de despesas discricionárias do governo Lula (PT) nos municípios foi direcionada, na verdade, por indicação dos congressistas. Isso ocorreu por causa de um acordo para aprovar a proposta de emenda constitucional (PEC) da Transição. Em troca de liberarem R\$ 170 bilhões para o Executivo, eles mantiveram controle sobre as verbas do "orçamento secreto", extinto pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no ano anterior. De acordo com o documento, as transferências voluntárias da União para os municípios se davam, majoritariamente, por meio das verbas discricionárias dos ministérios e do antigo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Esses recursos do Executivo chegaram a R\$ 27 bilhões em 2020, ano da pandemia. Desde então, o Congresso tomou para si o poder sobre as verbas com a criação da emenda de relator (popularmente conhecida como "orçamento secreto"), a ampliação das demais emendas e o fim do PAC. Os recursos

“As emendas são um canal de mais Brasil e menos Brasília” Pedro Paulo



Deputado Pedro Paulo (PSD-RJ): estudo feito a pedido do parlamentar registra a perda de influência do Poder Executivo federal sobre os prefeitos

das emendas para os municípios saltaram de R\$ 7,8 bilhões em 2019 para R\$ 28,8 bilhões em 2024, crescimento de 269,2%.

A preferência dos parlamentares é o repasse para as prefeituras. No ano passado, o montante chegou a R\$ 23,1 bilhões. Equivalente a 15,2% do que receberam do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) — verba que é dividida de acordo com o tamanho da população e renda de cada local e representa, ou representa, a principal fonte de receita das pequenas cidades. No caso dos governadores, as emendas de deputados e senadores somaram R\$ 4,5 bilhões em 2023 — apenas 3,5% dos R\$ 129,3 bilhões recebidos via Fundo de Participação dos Estados (FPE).

No caso das verbas para saúde e educação, quanto menor a cidade, mais expressivo é o peso das emendas. Naquelas com menos de 5 mil habitantes, o valor médio das emendas, per capita, foi de R\$ 355,80, equivalente a 71% do que receberam do SUS e 36,5% do Fundeb (embora nem todos os municípios nessa faixa tenham recebido os três repasses). Já aquelas com mais de 50 mil ficaram com R\$ 105,2 per capita — 24% das verbas que ganham do SUS e 12% do Fundeb.

Outro dado é que, quanto menor o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), maior o valor direcionado ao município pelos parlamentares. Naquelas com IDH inferior a 0,600, foram empenhados de R\$ 263 per capita.

Congresso ganha protagonismo

Comparação entre Transferências via emendas e pelo Executivo - R\$ bi



Fonte: Tesouro Nacional; Educação; CINEP; Gabinete; Raphael Di Couto e Marcelo Ribeiro

Os com IDH entre 0,600 e 0,750 receberam R\$ 143 por habitante. Já os com IDH acima dessa faixa ficaram com R\$ 47 por morador. Por outro lado, estudo também aponta discrepância grande entre os municípios. “Há grande concentração de entes recebendo valores acima de R\$ 200,00 por habitante [em 2024]”, informa. O valor médio foi de R\$ 236,30 por morador, mas há 89 locais em que o volume de verbas superou em quase quatro vezes esse valor e ficou acima de R\$ 919,00.

“Os dez municípios que receberam os menores volumes de emendas por habitante [em 2024] contaram com um total de recursos da ordem de R\$ 6,7 milhões para uma população beneficiária de três milhões de pessoas, recebendo, portanto, em média, R\$ 2,20 por habitante”, diz o documento. A lista é puxada por Itaip (SP), com R\$ 21,5 mil

em emendas para seus 25,9 mil moradores, equivalente a R\$ 0,80 per capita. Mas contém também a capital Belém, com R\$ 3,7 milhões em emendas pagas para uma população de 14 milhão.

“No outro extremo, os dez municípios que tiveram os maiores repasses per capita somaram R\$ 76,0 milhões em favor de uma população de apenas 33 mil habitantes e com IDH abaixo da média nacional, criar uma “Carteira nacional de projetos de investimentos” locais e para reservar parte das verbas para cidades que melhorarem seus indicadores fiscais e de políticas públicas, além de adotar regras de mais transparência, rastreabilidade e controle do crescimento.

“Não há dúvida de que temos um Frankstein em relação a outros países, mas vírgula. Assim como o Fundeb, SUS, FPM e FPE, é um recurso que tira um pouco de forma atabalhoada, está tendo um caráter redistributivo e progressivo”, afirma.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Valor Econômico - São Paulo/SP

Seção: Política Caderno: A Pagina: 10